

# MILITANTES SOB A SOMBRA DO PRESENTE

*Maurício Rombaldi\**

**Resumo:** A reestruturação nas telecomunicações brasileiras iniciada em meados dos anos 1990 com a quebra do monopólio estatal e a privatização do sistema Telebrás, em 1998, trouxe significativas mudanças para os sindicatos do setor. De um lado, o eixo homogêneo de negociações sindicato/empresa do período estatal fragmentou-se, tornando as negociações geograficamente dispersas. De outro, a nova forma assumida no setor influencia as experiências vivenciadas no trabalho e o perfil dos trabalhadores e novos dirigentes sindicais: agora eles são mais jovens, com escolarização maior e de tipo diverso, e pior remunerados. Disto resulta em diferenças entre distintas gerações de sindicalistas quanto às interpretações do presente e do passado, bem como quanto às percepções sobre a legitimidade das práticas sindicais. Tais diferenças, quando somadas às imposições da reorganização das relações de trabalho no setor, resultam na mudança do padrão de negociação do sindicato, bem como na sua reorganização interna. O presente estudo analisa o impacto da privatização da TELESP no desenvolvimento das práticas militantes no SINTETEL de São Paulo, a partir do caso de dirigentes egressos do sindicato ao logo deste processo de transformações. Para a análise utilizaram-se entrevistas com dirigentes e ex-dirigentes, acordos coletivos, material impresso pelo sindicato, estatutos e dados da RAIS/GAGED.

**Palavras-chave:** Gerações de sindicalistas. Privatização das telecomunicações. Práticas militantes.

**Abstract:** The restructuring of Brazilian telecommunications sector that began in the mid-1990s with the dissolution of the state monopoly and the privatization of the Telebrás system in 1998, brought significant changes to the labor unions operating in this sector. Firstly, the clearly defined axis of union/corporate negotiations during the period of state ownership was fragmented, dispersing the negotiations geographically. Secondly, the changes in the sector have influenced the work experiences as well as the demographic composition of the workers and new union activists: today they are younger, with higher levels of education in diverse areas, and receive lower salaries. This results in differences between the distinct generations of union members in terms of their interpretations of the past and the present, as well as in their perceptions of the legitimacy of union practices. Such differences, when combined with the impositions of the reorganization of the labor relations in the sector, result in a change in the

---

\* Doutorando e mestre em Sociologia pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

negotiating patterns of the union, as well as in its own internal reorganization. This study examines the impact of TELESP privatization on the development of the practices militants in SINTETEL of São Paulo, from the case of union leaders that left the union over the process of changes. The analysis is based on interviews with both present and former union activists, collective agreements, printed materials from the unions, union bylaws, and data from the RAIS/CAGED databases.

**Keywords:** Generations of trade union activists. Telecommunications privatization. Militants practices.

No Brasil e no mundo, os estudos direcionados à compreensão das transformações ocorridas nas relações de trabalho frequentemente têm apontado para a crescente diminuição dos índices de sindicalização e do poder sindical em termos de mobilização e de capacidade de barganha nas negociações com empresas. Se, por um lado, a literatura sociológica frequentemente tem traduzido tal fenômeno como a expressão de uma emergente crise passada pelo movimento sindical, neste artigo propõe-se avaliar que tal crise deve ser entendida como uma *crise da militância* passada nos sindicatos. Para tanto, o objetivo deste texto vincula-se à análise dos usos de conceitos e práticas sindicais entre grupos de sindicalistas com distintas percepções da realidade social. A crise a que se refere é entendida como um descompasso entre o *chão-dos-sindicatos* e o *chão-de-fábrica* ou, em outras palavras, entre as práticas sindicais e as novas configurações sociais desenvolvidas no cotidiano do trabalho. Nesse sentido, tal descompasso deve ser entendido como o resultado das transformações nas formas assumidas no interior dos sindicatos bem como das transformações desenvolvidas na esfera produção.

Tal proposta de estudo é justificada por meio da realização de uma análise que extrapole a preocupação de considerar as transformações do sindicalismo brasileiro apenas em termos de descrição da evolução da negociação de acordos coletivos, da demanda da manutenção de empregos, dos ganhos salariais, das condições de trabalho ou da influência sindical na definição de políticas públicas. Coloca-se, aqui, a preocupação de apreender como se desenvolvem as práticas militantes no meio sindical em geral e, em particular, no caso das telecomunicações, enquanto produtoras e reprodutoras das condições sociais que as envolvem.

Para isso, o foco desta investigação reside em compreender as configurações históricas da prática militante em termos de continuidades simbólicas. Trata-se de avaliar como os processos de reestruturação das empresas em telecomunicações no Brasil implicaram alterações no perfil de sindicalistas e nas práticas militantes que se mantêm, emergem ou passam a ser julgadas como ultrapassadas. O caso selecionado para este artigo refe-

re-se a um grupo de sindicalistas egressos do sindicato do setor de telecomunicações do Estado de São Paulo. Enfatiza-se a privatização das telecomunicações no Estado enquanto momento significativo para a compreensão das implicações das transformações objetivas na constituição dos esquemas de percepção que orientam as práticas do Sindicato dos trabalhadores em Telecomunicações de São Paulo (Sintetel).

Sobre a metodologia empregada neste estudo, foram utilizados dados estatísticos sobre os trabalhadores representados pelo Sintetel,<sup>1</sup> fornecidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e, no caso dos trabalhadores em *Call Centers* – que não constam nas estatísticas governamentais –, foram os dados presentes no relatório da Associação Brasileira de Tele-atendimento. De um universo de dezoito entrevistas semi-estruturadas realizadas com quatorze sindicalistas que participaram do Sintetel antes e depois de 1998, este artigo compreende a análise de apenas cinco, referentes aos dirigentes que saíram do Sintetel ou que foram relegados a posições de menor destaque na hierarquia do sindicato após o ano da privatização da Telesp. Com base nessas entrevistas, em dezembro do ano de 2006, foram aplicados cento e dezesseis questionários com as lideranças do Sintetel na sua *Reunião Plena*, a reunião mensal realizada na sede do sindicato. Tal número mostra-se significativo, dado que está próximo do universo de duzentos dirigentes sindicais que compõem a entidade.

\* \* \*

A abrupta transformação no perfil de parte das lideranças<sup>2</sup> Sintetel, que fora causada pela ainda recente privatização das telecomunicações

<sup>1</sup> Trabalhadores em telecomunicações, trabalhadores em indústrias de equipamentos de telecomunicações e trabalhadores em obras de telecomunicações.

<sup>2</sup> Dados obtidos por meio de questionários aplicados junto a lideranças sindicais do Sintetel permitem afirmar que entre aqueles representantes sindicais que entraram após a privatização, 58,3% têm entre vinte e quarenta anos, ao passo que entre aqueles dirigentes que entraram antes do ano de 1998, 81,9% têm entre quarenta e um e sessenta anos. Ainda que se deva ponderar que aqueles dirigentes ingressantes antes de 1998 dificilmente teriam entre vinte e trinta anos hoje, passados quase dez anos, observa-se que o número de dirigentes na faixa de trinta e um a quarenta anos não é expressivo frente aos valores totais. Sobre a relação entre o ano de ingresso nas telecomunicações e a escolaridade dos dirigentes sindicais, observa-se que a tendência ao aumento da escolaridade dos trabalhadores nas telecomunicações é acompanhada de uma maior escolarização dos novos dirigentes sindicais ingressantes no Sintetel. Pode-se notar que antes da privatização da telefonia no Brasil, o sindicato era composto por 12,1% de dirigentes ~~com~~ *ensino fundamental completo ou incompleto*. Com relação aos dirigentes que ingressam após a privatização, este mesmo índice se reduz para 2% ao passo que o percentual de dirigentes com ensino médio completo ou incompleto aumenta 6,9% quando comparado este mesmo índice com o daqueles que ingressaram antes da privatização. Com relação às faixas *terceiro grau incompleto* e *terceiro grau completo* nota-se que, quando somadas, os dirigentes que ingressaram após a privatização têm uma leve vantagem sobre os que ingressaram anteriormente. Quando somadas essas duas faixas, os novos dirigentes alcançam o percentual de 38% frente aos 34,8% dos dirigentes mais antigos. Nota-se que esta diferença se torna ainda mais expressiva quando considerado o fato de que os dirigentes ingressantes após a privatização – mais jovens do que aqueles que já estavam no sindicato – tiveram menos tempo para se escolarizar, o que significa que ainda podem alterar os resultados de tal índice. É importante notar que tal transformação no perfil das lideranças é acompanhada pela intensa transformação no perfil dos trabalhadores do setor, como pode ser observado no estudo de Rombaldi (2007).

desenha um novo quadro para a experiência cotidiana do *trabalho sindical*, que passa a se desenvolver entre dirigentes mais escolarizados e outros com menos tempo de escolarização formal e, também, entre dirigentes com idades distintas, que variam entre vinte e sessenta anos. Sendo assim, até que ponto podem-se observar divergências entre as crenças das lideranças do sindicato quanto à forma ideal de um sindicalista agir? Para essas lideranças, em que medida há diferenças quanto às interpretações das experiências vividas e quanto às expectativas sobre o porvir? A partir da privatização, há um remodelamento dos discursos e vocabulários sindicais?

Considerar que as condições históricas podem ser vivenciadas de modo distinto, inclusive, por lideranças sindicais oriundas de um mesmo sindicato, é o primeiro passo para a compreensão da constituição das percepções e das práticas enquanto tendências ou probabilidades à ação. Assim, se com a privatização das telecomunicações brasileiras há uma intensidade de inovações vivenciadas quanto às formas assumidas no trabalho nesse setor, isso pode ser avaliado enquanto um contexto em que emerge certa nebulosidade às situações cotidianas de sindicalistas (ROMBALDI, 2007) já acostumados a tratar com a esfera estatal. Tal situação permite vislumbrar a elaboração de um conjunto de práticas que se afirmam de modo improvisado, mas que nem por isto deixam de estar de acordo com as *lógicas práticas* que até então estabeleceram as relações habituais destes sindicalistas com o mundo.<sup>3</sup> Com isto, a renovação dos padrões da organização do setor não coloca em xeque apenas o domínio desses sindicalistas sobre os instrumentos simbólicos que legitimam a militância e o seu posicionamento na hierarquia institucional, mas também implica, como será visto, a redefinição da qualidade dos bens simbólicos que estão distribuídos entre os agentes de maneira desigual. Nesse cenário, resta saber quais são aqueles significados orientadores das práticas que, em sinal de mudança, implicaram o êxodo de um certo grupo de sindicalistas do Sintetel.

Sobre o conceito de militância, neste artigo, ele é tratado como um conjunto de práticas vinculadas tanto à orientação que se estabelece por meio do sindicato, como aos recursos sociais mobilizados e relativamente cristalizados no percurso das trajetórias dos agentes sociais em questão – sendo, neste estudo, enfatizados aqueles recursos simbólicos inculcados em função da experiência cotidiana vivenciada no trabalho. De maneira prática, por um lado, a militância sindical refere-se àquilo que se possa definir por exercício da representação de trabalhadores. Por outro, ela também se enquadra naqueles momentos em que o sindicalista define a sua prática na relação direta com o exercício cotidiano do trabalho no sindicato.

---

<sup>3</sup> Sobre o caráter impreciso do *habitus* e sua relação com a espontaneidade e improvisação diante de situações “atípicas”, ver Bourdieu e Wacquant (2005, p. 52) e Bourdieu (1984).

A despeito das práticas militantes serem definidas no dia-a-dia sindical, elas necessariamente se relacionam ao conjunto de imposições simbólicas que se constituem enquanto um conjunto de práticas legitimadas ou, em outras palavras, enquanto “práticas esperadas”. A militância assume forma em todos aqueles momentos em que o sindicalista age em função de sua posição na hierarquia da instituição: quando ele pede a palavra em uma assembleia, ao organizar uma reunião no local de trabalho, no momento em que entra na sede do sindicato e cumprimenta seus “companheiros” ou, em resumo, nas ocasiões em que ele age de acordo com aquele conjunto de símbolos que, úteis à orientação prática, se encontram disponíveis no seu meio social e permitem que o sindicalista se considere enquanto tal. Nesse sentido, o ato de militar constitui-se enquanto um processo composto por infinitas situações em que a ação e o engajamento se mostram mais ou menos prováveis. (FILLIEULE, 2001).

Sobre as dificuldades pelas quais o Sintetel tem passado nos últimos anos em termos de recomposição do quadro de sindicalistas dirigentes e elaboração aumento expressivo do número de acordos coletivos realizados,<sup>4</sup> sublinha-se o elemento fundador de tais transformações: a reorganização desse setor, com a passagem de um período estatal, para outro, privado. Inicialmente, destaca-se que a partir da privatização, por um lado, dirigentes abandonaram as suas funções sindicais para se dedicar a projetos e, por outro, os dirigentes remanescentes do período estatal passaram a desempenhar suas atividades em conjunto com aqueles recém-ingressantes, oriundos de uma nova realidade, com distintas relações de trabalho.

Sobre esses processos de saída, continuidade e entrada no sindicato, argumenta-se que o primeiro momento está vinculado à desconexão entre discursos e vocabulários entre os sindicalistas sobre a forma legítima do desempenho da militância. A análise desenvolvida aqui trata, sobretudo, do descompasso entre certo tipo de militância que é egressa do sindicato após a privatização das telecomunicações em função de transformações objetivas e simbólicas que se impõem no interior do Sintetel. Nesse caso, o abandono, a manutenção ou a ascensão a cargos da hierarquia sindical são vistos, aqui, como um resultado direto das diferenciações entre as experiências vivenciadas pelas distintas gerações<sup>5</sup> de lideranças, tanto quanto das impo-

<sup>4</sup> Sobre a transformação no quadro de dirigentes do Sintetel, no ano de 2007 observa-se o seguinte panorama: vinte e dois diretores (21,5%) são mulheres e oitenta (78,5%) são homens; Entre as mulheres, dezesseis (72,7%) entraram no sindicato após a privatização; cinquenta e nove diretores (58%) são provenientes da Telesp, a maioria destes, de quando a empresa ainda era estatal; quarenta e três diretores (42%) são oriundos das empresas prestadoras de serviços; quarenta diretores de base. Trinta e sete (92,5%) são novos dirigentes. Sobre o aumento do número de acordos coletivos, observa-se que antes da privatização o Sintetel centralizava seus acordos coletivos na Telesp e Embratel. Atualmente, segundo dados fornecidos pelo próprio sindicato, observa-se que o sindicato tem cerca de cento e trinta e seis acordos coletivos firmados, justificando a necessidade da ampliação deste departamento.

<sup>5</sup> Sobre as gerações, Tomizaki (2007), baseando-se nas proposições de Mannheim sobre o tema, observa que, para compreendê-las, é necessária a distinção de duas concepções: primeiramente a de contemporaneidade e, em segun-

sições objetivas sobre a definição do perfil dos sindicalistas por parte das novas configurações assumidas no setor de telecomunicações. A consideração de diferentes grupos de dirigentes sindicais em função das gerações permite avaliar de que forma a estrutura do Sintetel estabeleceu-se enquanto um espaço organizador de distintas cronologias que, dessa forma, também compreendeu a coexistência de grupos análogos em termos das experiências que os dirigentes sindicais tiveram ou têm com o mundo do trabalho. Avalia-se, portanto, a maneira pela qual se desenvolveram os posicionamentos das lideranças em função das transformações ocasionadas pela privatização da telefonia, definida como momento de clivagem nas experiências e vivências comuns de trabalhadores e dirigentes sindicais.

#### SINDICALISTAS DO PASSADO SOB A SOMBRA DO PRESENTE

- Onde está a possibilidade do sindicato mobilizar hoje?! Da maneira que eu fui dirigente?! Não, assim ele não faz nada, ele vai se arrebentar e não vai conseguir fazer nada. Eu fiz sucesso. Eu até me emociono e deixo a modéstia de lado, mas eu fui um presidente que conseguiu muitas conquistas. (...) Agora, o padrão de ação do sindicato mudou, é um outro estilo. Um estilo que eu até acho que se ajusta melhor. Eu não sei, eu não deixo de acreditar em mim, mas eu acho que eles [os dirigentes que me sucederam] até conseguiram conviver melhor do que eu conseguiria nessa conjuntura. Eu não sei, pode ser que continuando com o meu estilo eu tivesse me dado mal... acho até que isso é bem provável.

- E o que é este teu estilo?

- Olha, tem uma coisa que eu aprendi no meio sindical, que tem um determinado momento em que eu tenho dificuldade em ponderar sabe?! Não sei se isso é bom ou ruim, mas eu sou um pavio curto, quando o bicho pega, eu perco a razão. Eu aprendi um tipo de luta que não se aplicava para este momento (Oswaldo Rossatto, ex-presidente do Sintetel).

Esse depoimento de Rossatto, presidente do sindicato entre os anos de 1987 e 1997, exprime o desajuste entre as práticas adotadas por ele no período em que ainda militava como sindicalista e as mudanças passadas

---

do lugar, a de proximidade de idades. Do mesmo modo em que se deve considerar que indivíduos que compartilham suas vidas em um mesmo espaço de tempo são contemporâneos uns aos outros, o pertencimento a distintas gerações etárias faz com que as interpretações sobre os tempos presente e passado, bem como sobre as expectativas para o futuro se dêem de formas distintas. Entretanto, a autora sublinha que o pertencimento a uma faixa etária não basta à constituição de um conjunto geracional. Antes, tal pertencimento representa a potencialidade para a participação em experiências capazes de criar laços de solidariedade. Neste sentido, de acordo com a autora, para o estabelecimento de um conjunto geracional há a necessidade da partilha de uma “comunidade espacial”, ou ainda, de uma “comunidade de destino” que irão orientar a significação e assimilação da experiência vivida e, com isto, incorporar à idéia de geração as imposições espaciais concomitantes às trajetórias específicas de cada grupo social. Baseando-se nisto, assim como Tomizaki, este estudo utiliza-se do conceito de unidades geracionais que fora elaborado por Mannheim, para quem tais unidades constituem certa “ressonância em comum”, que é organizada de maneira análoga entre indivíduos ligados entre si. (TOMIZAKI, 2007)

pelo sindicato em função da privatização das telecomunicações. A reflexão sobre o seu modo de ser, conjugada em primeira pessoa, demonstra um caráter personalista de sua fala que se alia a um sentimento ambíguo que oscila entre certo orgulho e a frustração de não mais poder encarar o seu estilo como “ideal” para as práticas sindicais e a consciência de que o seu tempo no sindicato terminara. Antes do que considerar esta fala como um caso isolado – como a de um sindicalista magoado em função de seu afastamento do sindicato – sustenta-se que esse depoimento é a expressão das entrevistas realizadas com aqueles dirigentes que se afastaram do Sintetel após a privatização, resultado do descompasso entre as transformações do setor e as transformações das práticas sindicais que as acompanharam. No mesmo sentido, a seguir, analisam-se depoimentos daqueles sindicalistas que se retiraram do sindicato após a privatização das telecomunicações ou que se mantiveram na entidade, mas relegados a cargos de menor expressão quanto à definição das orientações das ações que são tomadas no âmbito institucional do sindicato.

O Sintetel teve sua fundação originada da até então chamada Associação Profissional dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas do Estado de São Paulo, que fora transformada em sindicato na assembléia geral de 19 de março de 1941, tendo seu reconhecimento sido concedido pelo governo federal em 15 de abril de 1942. Desde a fundação do sindicato até o início da abertura democrática, na década de 1980, sob os regimes repressivos de Getúlio Vargas e os militares, a entidade caracterizou-se, sobretudo, por um sindicalismo de tipo assistencialista. Segundo Rubens Biasi, presidente do sindicato entre os anos de 1969 e 1981, as ações do sindicato eram marcadas, principalmente, por realizações na área social tais como a aquisição de terrenos e a construção de um prédio para uma colônia de férias. Uma boa síntese das atividades do Sintetel no período pode ser considerada por meio da fala do presidente do sindicato naquele período, quando classifica a sua própria gestão como sendo “muito tranqüila” (*Jornal Linha Direta*, 1992).

As práticas sindicais até meados da década de 1980 caracterizavam-se essencialmente por funções administrativas e burocráticas, na administração das entidades sindicais e com pouco enfrentamento da gerência da Telesp quanto aos temas de remuneração e outros direitos sociais. Em função da influência conjuntural que se espalhava pelo país, sobretudo no caso do movimento pela abertura democrática e o fim da repressão política – o que incluía as manifestações pelo fim da intervenção nos sindicatos –, o Sintetel passou a vivenciar as possibilidades para exercer um sindicalismo de tipo reivindicatório, no sentido de realizar alterações na sua forma de atuação. Segundo o jornal do sindicato *Linha Direta*, de 1992, esse foi um período em que se iniciou um movimento de mobilização grevista por reposições salariais, aumentando as visitas às bases, incrementando-se os cur-

so de formação sindical, com o ingresso de novos dirigentes sindicais em substituição aos antigos que eram originários do período de repressão política dos militares.

Em 1984, sobretudo, destaca-se um primeiro movimento de renovação dos quadros do sindicato, quando foi realizada uma unificação das chapas concorrentes a sua diretoria, agregando dirigentes provenientes de correntes políticas opostas, tais quais dirigentes filiados à então recente Central Única dos Trabalhadores, fundada por sindicalistas identificados com o Partido dos Trabalhadores e dirigentes simpáticos ao MR-8, PC do B e PCB, culminando, nesse período, na filiação do sindicato à Central Geral dos Trabalhadores, quando de sua fundação, dois anos mais tarde.

Se de um momento assistencialista o Sintetel passou para outro, de cunho reivindicatório, esse caráter pouco se assemelhou às aquelas reivindicações que ganharam força no início dos anos 1980 no ABC paulista, com o movimento classificado por muitos como o “novo sindicalismo”. No primeiro caso, as mobilizações que emergiram enfatizavam, sobretudo, reajustes salariais e, no caso do ABC, ainda que as reivindicações por reposição salarial sejam o fenômeno mais visível, nestas reivindicações pode-se observar demandas focadas também em questões mais amplas, por aquilo que se chamava de direitos de cidadania (RODRIGUES, 1997).

A despeito das diferenças entre estes dois momentos para o sindicato – antes e depois de 1984, destaca-se que, em contrapartida, na Telesp permanecia o traço comum relativo às condições de trabalho na empresa que, para os trabalhadores, em pouco haviam mudado. Nesse caso, quando acompanhada a abertura política no Brasil, as possibilidades de negociação entre o sindicato e a gerência da Telesp tornaram-se relativamente mais abertas - dado que os sindicalistas não mais seriam taxados como subversivos no caso de enfrentamentos com a gerência da empresa. Pode-se considerar, assim, que as inovações sentidas no Sintetel nesse período tinham uma relação mais profunda com as alterações no campo propriamente político do que no econômico.

O perfil dessa geração de trabalhadores que se tornaram dirigentes do Sintetel era semelhante, o que permitiu estabelecer a coexistência de propensões à percepção da existência social: em grande parte, migrantes de primeira ou segunda geração, filhos de pais com pouca escolarização, com uma formação profissional que se resumia basicamente aos cursos promovidos pela própria Telesp que, em alguns casos, se somaram a cursos universitários frequentados concomitantemente ao trabalho na empresa, mas não à militância no sindicato e, por fim, que vivenciaram, a sua maneira, na década de 1980, certo ressurgimento do sindicalismo brasileiro como um movimento para além do tradicional assistencialismo com que estava marcado até então.

Resultado da observação dos dados biográficos dos sindicalistas entrevistados, bem como dos relatos fornecidos sobre aqueles dirigentes que compunham o sindicato até o momento de sua privatização, esse grupo de sindicalistas caracteriza-se majoritariamente pela composição de trabalhadores que migraram para o Estado de São Paulo em busca de emprego. Nesse sentido, a conquista da vaga na estatal de telecomunicações paulista fez com esse emprego ganhasse um sentido ainda maior do que a mera condição de subsistir fora de sua terra natal. Para eles, o trabalho na Telesp representou a importância do enraizamento em terras desconhecidas, do estabelecimento de elos de sociabilidade, de laços de identidade com os trabalhadores do setor e, até mesmo, de forma ambígua, com a empresa.

Se, por um lado, a estatal fornecia emprego para esses trabalhadores e sindicalistas, a própria formação escolar estava vinculada à Telesp. Até meados da década de 1990 a empresa estabelecia convênios com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para a especialização dos seus trabalhadores e contava, desde o final dos anos 1960, com centros de treinamento em prédios com professores e equipamentos para a formação dos recém-contratados. Segundo relatos de dirigentes sindicais, à exceção das funções estratégicas que eram ocupadas por trabalhadores com formação universitária, na década de 1980 a formação em nível superior ainda não se constituía enquanto pré-requisito para a contratação de novos trabalhadores. Para estes, tal aperfeiçoamento técnico propiciado pela Telesp apresentava contornos de uma formação adquirida por meio do trabalho cotidiano, fazendo que os conhecimentos adquiridos na prática ganhassem um significado particular.

Esse apego ao conhecimento prático pode ser percebido nos depoimentos concedidos por Osvaldo Rossatto, ex-presidente do Sintetel. Nascido em 1947, ingressou na Telesp no ano de 1966 e sabe na ponta da língua o tempo dedicado ao trabalho nas telecomunicações: trinta e três anos no setor, dezoito na Telesp e quinze no sindicato. Filho de pais apenas alfabetizados, migrante do interior de São Paulo para a capital, trabalhou como técnico de rede e, com o passar do tempo, galgou o cargo de supervisor de projetos após realizar os cursos de formação promovidos pela empresa. Coursou a Faculdade de Direito entre os anos de 1979 e 1984 enquanto ainda trabalhava na Telesp, concluindo a graduação em Direito pouco antes de ingressar na diretoria do sindicato. Em suas palavras: “na diretoria do sindicato é mais difícil de seguir uma carreira acadêmica, pois, ali, não temos tempo para mais nada além do sindicato”.

Rossatto, como é chamado por seus ex-colegas do sindicato, está longe daquele gélido perfil que se espera de um técnico: usa uma barba espessa com o mesmo tamanho dos tempos em que era presidente do sindicato, agora, entretanto, com a preponderância da cor branca. Concedeu a entrevista mais longa deste estudo; teve a entrevista marcada com dificul-

dade, pois não era possível encontrá-lo, já que não possui telefone celular. Chegou atrasado à entrevista, concedendo-a com muitas referências às emoções que sentia no período em que militava, típica passionalidade esperada de um brasileiro de origem italiana, como a dele. De opiniões firmes, justificando-as antes em função de valores éticos do que por decisões racionalmente explicadas, utiliza muitos adjetivos para falar das outras pessoas e, ainda que prefira não citar os nomes dos “companheiros” que ainda estão no sindicato e com os quais porventura tenha alguma discordância, não se incomoda em nomear os antigos desafetos políticos. Ao final da entrevista, expressou a sua satisfação em concedê-la, dado que por meio dela ele teria sido forçado a relembrar sua própria história.

Quis formar-se em direito visando entender melhor a legislação trabalhista. Essa trajetória é também comumente traçada por outros diversos sindicalistas, de acordo com o que já fora observado por Rodrigues e Cardoso (1993, p. 35). Entretanto, Rossatto faz questão de dizer que nunca exerceu a profissão de advogado, mas que “a formação acadêmica ajudou muito (...) no sentido de impedir ser enganado pelo patrão”. Para ele, esse conhecimento adquirido nas cátedras universitárias serve menos enquanto instrumento para um tipo de militância identificada com aqueles conhecimentos técnicos que permitiriam “propor”, e mais para uma forma relativamente passiva de militância: a sua formação escolar servia como antecipação das “rasteiras pregadas pelo patrão”.

Demonstra apego ao saber prático, pois nele está valorizado não somente o percurso de promoções na Telesp que, nas suas palavras, representa a “carreira muito boa” que realizou dentro da empresa, mas também a sua experiência enquanto sindicalista: ao longo de sua trajetória como sindicalista, realizou cursos sindicais em países como Itália, Estados Unidos e Israel, quando aprendeu a falar com grande grau de improvisação o italiano e espanhol.

Assim como para Rossatto, para Geraldo Vilhena, presidente que o antecedeu com mandato entre os anos de 1981 e 1987, mas permanecendo no Sintetel até o final da década de 1990, o ingresso no sindicato era algo processual: o engajamento na vida sindical, para ambos, não foi fruto de uma competência técnica que detinham ou de supostas necessidades objetivas do sindicato em que estavam capacitados para preencher. Enquanto o primeiro fora presidente do diretório acadêmico de sua faculdade, o outro militara no movimento estudantil e em movimentos da Igreja Católica. A partir do exercício da função de colaboradores do Sintetel – prática, influenciada pela experiência adquirida em militâncias anteriores – vieram os convites para ingressar em outras funções do sindicato. Era um momento em que o movimento natural para se tornar um sindicalista correspondia a, primeiramente, se tornar um colaborador sindical, depois, delegado e, em seguida, diretor/ dirigente sindical. Naquele período havia poucas vagas para

participar da composição da chapa vencedora das eleições do sindicato devido ao desajuste entre a quantidade de cargos e o número de pessoas interessadas no trabalho sindical. Para eles, ainda, se o ingresso no sindicato era algo processual, a sua saída teve um tom melancólico, resultado do processo de privatizações. Nas palavras de Geraldo: “estavam cansados, sem idéias novas”.

Sobre a prática militante, ele afirma em tom irônico que, na década de 1980, aqueles estudantes universitários socialistas que tentavam mobilizar os trabalhadores com base nos conhecimentos adquiridos nos livros sabiam mais “teorizar do que fazer militância”. Ele justifica seu posicionamento em função de sua prática militante se constituir como uma mistura do seu contato com o trabalho cotidiano na empresa de telefonia, o que o tornava mais sensível para o ato de militar. Segundo ele, a prática da militância requeria certa “malandragem” tal qual está expressa em seu depoimento sobre o exercício de suas funções no departamento de recursos humanos da Telesp:

Eram tantos papéis, contratos, o diabo a quatro... e eu dizia assina esse aqui do sindicato que é bom! Daí que eu acabei sindicalizando uns quatro mil trabalhadores mais ou menos (risos). Depois disto é que eu virei delegado sindical.

Pouco importa, aqui, se o valor de quatro mil trabalhadores sindicalizados é uma boa estimativa ou se se trata de um número exagerado. Antes, importa observar como a ação em prol da sindicalização de trabalhadores era constituída e como ela está inscrita dentro do apelo emocional que reside no orgulho de ter contribuído para o sindicato. No caso de Geraldo, nota-se, também, que naquele tempo um militante sindicalizado estava sendo admitido na área de recursos humanos da empresa, fato pouco provável em tempos de privatização da telefonia. Entretanto, a atividade sindical exercida pelo ex-presidente não ocorria sem pressões tanto da gerência como do sindicato. Segundo ele, no ano de 1978 ele foi obrigado a se decidir entre trabalhar na empresa e no sindicato porque “para alguns na empresa era espião do sindicato e no sindicato, o inverso”.

Como elemento significativo na combinação entre o exercício da militância sindical e o trabalho desempenhado pelo funcionário da Telesp, observam-se as possibilidades que eram proporcionadas pela estabilidade na carreira que havia ao se ingressar na empresa. Isso ocorria não pelo fato de serem concursados, pois a empresa não lhes proporcionava uma estabilidade em função de um regime estatutário. A Telesp era regida sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o que permitia à empresa demitir e contratar funcionários de acordo com seus interesses. Entretanto, o fato é que não somente os trabalhadores permaneciam em seu emprego durante longos espaços de tempo – sendo comum encontrar dirigentes sindicais que se aposentaram tendo trabalhado a vida toda apenas nessa empresa –, como não era de praxe visualizar a realização de ondas de demis-

sões ou corte no quadro de funcionários. Nesse sentido, os vínculos entre dirigentes sindicais que se constituíam na socialização cotidiana nos locais de trabalho e nos cursos formativos proporcionados pela empresa somavam-se ao elemento “tempo de permanência nas telecomunicações”, o que permitia estabelecer relações sociais de longo prazo que recorrentemente ingressavam nos ambientes familiares.

A estabilidade no emprego, somada aos planos de carreira existentes na Telesp, são dois elementos que, segundo os sindicalistas do Sintetel, contribuíam para gerar certa valorização daqueles trabalhadores empregados na estatal. Recorrente nos depoimentos dos entrevistados foi a recordação daquele período por meio da expressão que designava aquela época como “ao entrar na Telesp, você engordava, casava, ou comprava um carro”, ou ainda, que “ao entrar em uma loja com vendas a crédito, bastava mostrar o crachá de funcionário da Telesp que sequer se necessitava preencher um cadastro de cliente, dada a confiança que se tinha em quem trabalhava na estatal”.

A conservação de sentimentos de valorização tanto do emprego e da formação adquirida por meio dele, como dos colegas de trabalho que eram adquiridos ao longo dos anos, bem como da possibilidade de planejar promoções internas na empresa, representaram a possibilidade da identificação de certas interpretações sobre o seu presente, bem como das expectativas sobre o futuro. Para esse grupo de sindicalistas, sua identificação com o trabalho na Telesp tinha uma relação direta com o trabalho no sindicato, pois a empresa se constituía como uma realidade relativamente previsível e, com isso, sob a mesma experiência social, tornava diminuta a distância entre dirigentes e trabalhadores: a compreensão mútua facilitava tanto a captação das demandas emergentes como tornava as lideranças mais sensíveis à evocação daqueles elementos simbólicos que são capazes de mobilizar trabalhadores.

Sobre a atual percepção dos sindicalistas que experimentaram aquele período, o depoimento de Germar Pereira da Silva é bastante ilustrativo. Líder sindical nascido em agosto de 1941, Germar começou a trabalhar nas telecomunicações em 1968, tendo sua primeira experiência de ingresso no sindicato como colaborador – porta de entrada para, posteriormente, ocupar a função de delegado sindical. Após atuar no conselho fiscal da entidade, alcançou o cargo de diretor administrativo e, atualmente, dedica seu trabalho ao Sintetel exclusivamente no departamento dos aposentados. Entre as principais funções desse departamento, destaca-se a organização de festas, viagens e eventos para aqueles trabalhadores que fizeram amizade durante a época da Telesp ou, então, que, agora, depois de aposentados, veem no sindicato um espaço para conhecerem alguns dos colegas da antiga estatal e com eles se sociabilizarem.

Germar, assim como ocorrera com Rossato, por meio das questões que lhe foram feitas ao longo da entrevista, demonstrava em tom de agradecimento o prazer sentido ao ser impelido a recordar a sua dedicação ao trabalho na empresa e ao sindicato, bem como os amigos que conquistara nos dois lugares. Esse saudoso sentimento era interrompido quando, de maneira sóbria, era trazido à reflexão sobre a atualidade do emprego nas telecomunicações e do sindicato. Segundo ele, os atuais trabalhadores do setor “não estão nem aí para o emprego”, eles “não ficam no emprego por vários anos”.

Apesar de, em certa medida, o dirigente parecer culpar os jovens trabalhadores pela atitude de desapego em relação a seu emprego, ignorando neste depoimento as diferentes condições de trabalho oferecidas pelas empresas privadas de telecomunicações, na sua fala pode-se observar a explicitação da insatisfação em não poder ver continuado aquele vínculo com a empresa que tanto valorizou a sua experiência social e que estava relacionado, inclusive, com o vínculo entre os dirigentes sindicais e as atividades de militância. As interpretações de Germar sobre o desinteresse dos jovens trabalhadores revelam sua insatisfação frente à negação da continuidade daqueles valores que deram sentido a sua história de vida.

Com relação aos pressupostos morais expressos no depoimento destes ex-funcionários da Telesp, nota-se um posicionamento de depreciação em relação à atitude dos jovens trabalhadores que, por meio de tradicionais das normas sociais, “desrespeitadas” aqueles laços que davam sentido aos laços de solidariedade entre trabalhadores. Nesse caso, corrobora-se que não apenas se tornam plausíveis aquelas divergências entre gerações de sindicalistas sobre a interpretação dos significados da experiência cotidiana. Em consequência, permite, neste momento, ponderar sobre constituição de distintas formas de se encarar o trabalho sindical e a definição dos padrões de estratégia do sindicato.

Nesse caso, a insatisfação que é sentida por sindicalistas sobre o modo de conduzir as negociações entre sindicato e empresas no período pós-privatização pode ser considerada como um resultado daquelas transformações dos significados sobre as formas legitimamente aceitas para a ação sindical. No depoimento de Germar, observa-se o sentimento dúbio, que vai desde a crítica negativa direcionada à forma como são conduzidas as negociações do sindicato até a resignação que reside em saber que isso também é decorrência de uma conjuntura que se impõe. Nas palavras do sindicalista:

Hoje em dia é ‘vamos esperar, vamos negociar’, ‘é só isso e aquilo’, as pessoas [os sindicalistas] se contentam com aquelas migalhas que as empresas oferecem. Mas, também, antigamente, não tinha aquela política de demissões. (...) Agora a pessoa está mais voltada para garantir o emprego. Os novos dirigentes estão muito mais cautelosos, querem negociações ao invés de entrarem em atrito com

as empresas. Por incrível que pareça, as reposições ficam em segundo plano, atrás da preocupação com a preservação do emprego.

Na atualidade das telecomunicações, também para Rossatto, o conjunto de valores que davam certa orientação às negociações do sindicato com as empresas parecem dilacerados. Em sua fala, eram recorrentes os apelos morais que justificavam a forma de agir dos sindicalistas de seu tempo. Como exemplo disto, nota-se que ele recorrentemente vincula sua ação aqueles s valores transmitidos dentro da esfera familiar, sobretudo por seu pai, um ex-militante sindical que trabalhara em uma fábrica de papel no interior de São Paulo. Segundo Rossatto,

- Ele [o pai de Rossatto] tinha essa questão que eu sempre falo pro pessoal, de que o patrão nunca vai precisar estar próximo do sindicato (...). Eu já fui vacinado na minha convivência familiar contra o 'peleguismo'.

Sendo assim, ao retomar aquelas indagações levantadas por Rossatto no princípio do artigo quanto à atual conveniência da sua forma de exercer a militância e às atuais possibilidades de mobilização do sindicato, observa-se, sobretudo, um conjunto de respostas pessimistas naqueles depoimentos concedidos pelos sindicalistas de sua geração. Tal desalento que toma conta dessas lideranças sindicais – que, mesmo afastados, ainda se importam com o andar do sindicato, apesar de afastados - reside em não saberem lidar com a atual realidade senão sob a manutenção de uma valorização deslocada, de uma significação que emerge da obstinação que se requer daqueles que buscam dar sentido a um mundo que desagrega a permanência daqueles laços constituídos em função de seus percursos particulares.

O prestígio social, concedido a Rossatto em função de ter liderado conquistas para os trabalhadores com quem se identificava e com quem é identificado no depoimento emocionado em que afirma sentir “ter feito sucesso”, já não tem o mesmo peso na atual realidade. Pode-se supor uma resposta a uma questão que não fora levantada ao longo das entrevistas realizadas, mas que se formula aqui. Se se questionassem os sindicalistas dessa geração sobre quem se importa com a militância exercida ao longo de décadas, é provável que dissessem acreditar ser somente eles próprios. Aprender o afastamento destes dirigentes sindicais significa compreender, acima de tudo, que eles não estavam dispostos a renunciar a sua forma de ser, a sua auto-estima, à valorização da sua trajetória. Para eles, tal renúncia significaria o mesmo que negar a própria história.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reestruturação produtiva também significa a reestruturação das mentalidades militantes. A reorganização da Telesp implicou algo a mais do

que um simples reordenamento das empresas do setor de telecomunicações. No presente artigo, tratou-se de traçar um retrato, ainda que limitado, daquele grupo de sindicalistas que teve as suas percepções orientadas por um conjunto de trajetórias semelhantes. O local de trabalho, os anos de convivência, os valores morais provenientes da esfera familiar transmitidos para a solidariedade partilhada com os colegas identificados já não são mais possíveis de serem constituídos nos dias de hoje.

A percepção da existência social desse grupo de sindicalistas egresos do Sintetel já não se ajusta mais à realidade nas telecomunicações. Para alguns, e talvez até mesmo para esses próprios sindicalistas, esse desajuste é o reflexo da incapacidade de que a forma de pensar que os constituiu já não é suficiente para se adaptar ao novo panorama que emerge por meio das novas empresas e trabalhadores. De um lado, a empresa fornecia um espaço em comum, um emprego, cursos de especialização da mão-de-obra e, sobretudo, o longo-prazo para que os trabalhadores vinculassem sua própria vida entre si. A empresa era uma referência que permitia que os trabalhadores, logo, os sindicalistas, vinculassem as suas vidas ao trabalho na empresa, ao trabalho no sindicato. Sob esse prisma, não espanta ouvir por diversas vezes nos depoimentos de Rossato menções à sua família, a seus amigos, ao trabalho na estatal e no sindicato como um emaranhado de recordações que tornam ao pesquisador uma tarefa difícil a dissecação e o ordenamento das idéias.

Resta imaginar se os novos sindicalistas se emocionarão como Gernar ao lembrar da história que desenvolvem hoje? Esses ingressantes chegarão ao ponto de agradecer, assim como ele fez, pela oportunidade de conceder uma entrevista que os força a recordar das suas trajetórias e dos significados de um passado no trabalho e no sindicato? Por fim, como os sindicalistas que são provenientes do período estatal e que se mantiveram no Sintetel após a privatização conseguem readequar as suas práticas de modo a “se manterem úteis” no dia-a-dia do cotidiano do sindicato?

Como foi observado neste artigo, a relação entre os sindicalistas egresos e aqueles que se inserem no sindicato nos dias de hoje não poderia ser sem conflito: não aceitar que os jovens trabalhadores tenham certa atitude de desapego com relação aos seus empregos ou então criticar os recém sindicalistas por serem provenientes de um mundo do trabalho como este corresponde a expressar uma defesa do seu modo de ser, agir. Colocam-se em oposição duas formas de militância, a dos antigos sindicalistas em oposição a uma nova, que já se insere no Sintetel desacreditada pela tradição da prática sindical.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. *Una invitación a la sociología reflexiva*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *La Distincion: criterios y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus, 1984.
- FIILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. *Revue Française de Science Politique*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, vol. 51, n° 1-2, p. 199-217, fév./avr. 2001.
- Jornal Linha Direta*. Sintetil, abr. 1992. Ed. especial.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: SCRITTA/Fapesp, 1997.
- RODRIGUES, Leôncio Martins; CARDOSO, Adalberto Moreira. *Força Sindical: uma análise sócio-política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- ROMBALDI, Maurício. *Os sindicalistas nas entrelinhas: o caso do Sintetel pós-privatizações*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- TOMIZAKI, Kimi. *Ser metalúrgico no ABC: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores*. Campinas: UNICAMP/CMU-Publicações/Arte Escrita, 2007.